



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – DECÊNIO 2024-2034 (PL 2614/24)

EMENDA Nº \_\_\_\_ / 2025

*Emenda modificativa ao PNE, referente  
ao art. 3º, inciso VII do Projeto de Lei.*

Art. 1º Inclua-se o termo inclusão no inciso VII do Art. 3º conforme indicado.

Art. 3º São diretrizes do PNE a serem observadas nos planos decenais dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para o decênio 2024-2034:

.....

VII – a qualidade, a equidade **e a inclusão** como orientações para a formulação e a implementação das políticas educacionais.”

### JUSTIFICATIVA

A inserção do termo “inclusão” como princípio orientador do Plano Nacional de Educação é fundamental para reforçar o compromisso legal com a educação como direito universal e instrumento de justiça social. Incluir significa reconhecer e valorizar a diversidade — de gênero, raça, deficiência, território, cultura, condições socioeconômicas e trajetórias escolares.

Além disso, a inclusão como princípio permite subsidiar políticas e estratégias para a superação de desigualdades estruturais e para a ampliação do acesso, permanência, participação e aprendizagem de grupos historicamente excluídos do direito à educação.

Sala da Comissão, de maio de 2025

Deputado Federal

